TC 010.314/2016-4

Acompanhamento

Comitê Olímpico Brasileiro (COB)

Pedido de Reexame

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de pedido de reexame interposto pelo Sr. Carlos Arthur Nuzman (peça 59) contra o Acórdão 1.051/2018-TCU-Plenário, por intermédio do qual o recorrente foi sancionado com a multa prevista no art. 58 da Lei 8.443/1992 (peça 48).

Na origem, este processo cuidou de acompanhamento da gestão de recursos federais repassados ao Comitê Olímpico do Brasil (COB), no exercício de 2014, por força da Lei 9.615/1998.

2. Com base nos argumentos apresentados, a Secretaria de Recursos (Serur) estabeleceu como objeto do presente pedido de reexame a avaliação da submissão do COB aos ditames da Lei de Licitações, o exame da ocorrência de afronta aos itens 9.1.2 e 9.1.5 do Acórdão 7.502/2010-TCU-2ª Câmara, assim como da ocorrência de violação à Lei 9.615/1998 (peça 72, p. 3).

3. Após a análise dos elementos recursais, a unidade técnica propôs, em pronunciamentos convergentes, conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento. Em atenção ao despacho de V. Exa. constante da peça 75, os autos vieram para manifestação deste representante do Ministério Público de Contas.

4. Cumpre inicialmente rememorar que as irregularidades que ensejaram a aplicação de multa ao recorrente referem-se à contratação direta de escritório de advocacia, por inexigibilidade de licitação, sem juntar aos autos justificativa para a inexigibilidade e sem demonstrar a singularidade do objeto, bem como de empresas de taxi e de locação de veículos, por dispensa de licitação, sem demonstrar o atendimento dos requisitos para a dispensa, em desobediência à determinação do TCU constante do Acórdão 7.502/2010-TCU-2ª Câmara.

5. Nesse contexto, saliento que a discussão acerca da submissão, ou não, do COB ao regramento definido pela Lei 8.666/1993 pouco contribui para a formação de juízo de valor quanto ao mérito do presente recurso. Isso porque a aludida norma nem sequer constou como critério utilizado para caracterizar os achados referentes às irregularidades identificadas nas contratações diretas, consoante poder ser observado no ofício de audiência acostado à peça 16.

6. Ademais, a Instrução Normativa-TCU (IN-TCU) 48/2004 preceitua, em seu art. 2º, que, ao executar despesas com recursos oriundos da Lei 9.615/1998, o COB deve observar o conjunto de princípios que regem a atuação da administração pública, entre eles o referente ao dever de licitar. Dessa forma, independentemente do debate acerca da incidência da Lei 8.666/1993 sobre a atuação do COB, a norma do Tribunal deixa claro que a regra é a licitação.

7. No mesmo art. 2º, a IN-TCU 48/2004 também previu necessidade de observância aos princípios da impeccabilidade e da isonomia, os quais, releva mencionar, constam expressamente do art. 3º da Lei 8.666/1993 como princípios basilares que regem as compras e contratações públicas. A necessidade de o COB observar o princípio da impeccabilidade também se encontra expressamente insculpida no art. 56-B da Lei 9.615/1998.

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

8. No entanto, a despeito das previsões legais e normativas, as contratações diretas em questão – fundamentadas em inexigibilidade e dispensa de licitação, sem que tenham sido apresentados os elementos necessários em cada caso – foram realizadas em afronta aos mencionados princípios, o que resultou em restrição ao caráter competitivo dos respectivos procedimentos.

9. A jurisprudência desta Corte de Contas deixa assente que a inviabilidade de competição deve ser devidamente demonstrada para que se possa proceder à contratação com fundamento em inexigibilidade de licitação:

Não só a notória especialização do contratado, mas também a singularidade do objeto, o caráter técnico-profissional especializado dos serviços e **a inviabilidade de competição são elementos imprescindíveis para a inexigibilidade de licitação.** (Acórdão 1.062/2007-TCU-Plenário, relator Ministro Marcos Vinícios Vilaça, grifamos)

Deve ser explicitado **nos processos de contratação por inexigibilidade** de licitação, os requisitos da singularidade do objeto, da notória especialização do contratado e da **inviabilidade fática e jurídica de competição.** (Acórdão 1.964/2012-TCU-2ª Câmara, relator Ministro Augusto Nardes, grifamos)

10. Conforme consignado no voto condutor da decisão recorrida, no caso em análise, o COB não especificou os elementos essenciais para realizar as contratações diretas com base em inexigibilidade e dispensa de licitação:

23. Quanto à natureza singular do objeto, concordo com a Secex-RJ de que “os serviços prestados pelo Escritório Trigueiro Fontes Advogados denotam natureza ordinária, corriqueira, dos escritórios de advocacia, tais como, levantamento da situação imobiliária, administrativa, ambiental e tributária dos imóveis, adoção de medidas administrativas e judiciais para a efetiva transferência da propriedade”.

25. Além disso, houve a contratação direta de serviços da cooperativa de táxi Transcoopass e da empresa Coopertramo em agosto de 2014, por dispensa de licitação, sem a devida justificativa acerca da adoção de tal medida, em afronta aos princípios da busca da melhor proposta e da competitividade [mesmo após determinação do TCU em sentido contrário].

11. Outrossim, neste recurso, não foram apresentados novos elementos capazes de afastar as irregularidades inicialmente associadas às contratações diretas. Conforme registrado pela unidade técnica, em relação à contratação de serviços de transporte, o recorrente limitou-se a repetir os mesmos argumentos já apresentados em sede de alegações de defesa.

12. Destarte, em consonância com a Serur, avalio que o pedido de reexame interposto não reúne elementos suficientes para elidir as irregularidades que, a meu ver, foram apropriadamente delineadas e atribuídas ao Sr. Carlos Arthur Nuzman.

13. Por fim, no que diz respeito aos demais argumentos expendidos pelo recorrente, acompanho o entendimento manifestado pela Serur, no sentido de sua improcedência.

14. Diante do exposto, este membro do Ministério Público de Contas manifesta-se de acordo com a proposta de encaminhamento formulada pela unidade técnica.

(Assinado eletronicamente)

Sérgio Ricardo Costa Caribé

Procurador